

**SUSTENTABILIDADE, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO EM
COMUNIDADES DE UMA RESERVA EXTRATIVISTA DA AMAZÔNIA**

MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA
CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS

ALINE SOUZA
UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS

JACIRA LIMA DA GRAÇA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

SUSTENTABILIDADE, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO EM COMUNIDADES DE UMA RESERVA EXTRATIVISTA DA AMAZÔNIA

INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa realizada com extrativistas da Amazônia, residentes na reserva Rio Ouro Preto em RO. A pesquisa levantou a realidade vivida dos extrativistas, as quais são analisadas com a legislação e os demais preceitos normativos e bibliográficos, tendo como base os pressupostos da sustentabilidade, crescimento e desenvolvimento. Para alguns dos principais autores a economia o extrativismo sucumbiu. De fato, se pensarmos sobre esse prima, sim, mas, há correntes que vem o extrativismo como proposta social, que visa atender as demandas dos extrativistas residentes nas reservas.

Atualmente o extrativismo como política de desenvolvimento para Amazônia é considerado uma quimera por parte de muitos pesquisadores. Homma (1990) já citava isso quando da morte de Chico Mendes, “[...] é uma pura ilusão, após anos de estudos sobre a extração de recursos naturais renováveis na região. O extrativismo é um retrocesso e só prospera junto a uma mão-de-obra que vive à margem dos avanços tecnológicos”. A corrente que levanta essa propositura se ampara em pressupostos de que na economia extrativista existe uma baixa margem de lucratividade; um saldo deficitário dos recursos a ser apropriado; um número restrito do mercado demandante; e uma rede de intermediários que encarece mais ainda o produto extrativista, e a logística dos difíceis acessos às reservas extrativistas; e da própria marginalização acelerada a que são submetidos os atores sociais. Entretanto essas proposituras são percepções unilaterais baseadas em argumentos tipicamente relacionados aos preceitos econômicos. Entretanto, não se pode chegar a uma compreensão de que a economia extrativista não significa mais nada para a sociedade (LESCURE, PINTON e EMPERAIRE: 2002). Algo há de ser feito para que se tenha uma finalidade social e por que não sustentável e econômica.

As abordagens da corrente social referendam que é importante que sejam desenvolvidas práticas de gestão voltadas aos atendimentos das necessidades socioculturais dos povos da floresta, que sejam especialmente compreendidas como instrumento de suporte econômico e socialmente viável (LESCURE, PINTON e EMPERAIRE: 2002). Esses pensadores consideram que o extrativismo não ressuscitará das cinzas como uma fênix para alavancar a economia capitalista, bem como quando do seu apogeu na segunda metade do século XIX, nem tampouco, será o instrumento que fará o desenvolvimento urbano e rural na Amazônia, contudo, será o meio pelo qual os povos da floresta a preservarão e se preservarão criando um processo recursivo de produto e produtor (MORIN, 2016).

Torna-se evidente e sustentado que utilização de fatores econômicos como a forma normativa ao desenvolvimento econômico não é a via mais adequada desse pensamento, pois de fato o processo em si de produção dos produtos extrativistas não gera resultados satisfatórios para o capital. Essa corrente parte do princípio de que as reservas extrativistas devem atender a satisfação das necessidades socioculturais dos povos que habitam a floresta. É uma nova forma de pensar o extrativismo, que se pauta como instrumento de suporte econômico e social para a viabilidade e manutenção dos povos e das reservas extrativistas (LESCURE, PINTON e EMPERAIRE: 2002). Um fundamento importante de sustentação desse pensamento versa sobre a variedade e a própria diversidade de produtos que a própria floresta pode proporcionar como fatores de desenvolvimento econômico aos povos da floresta. Afinal a solução para aproveitamento dos produtos da floresta está na gestão desses próprios recursos (LESCURE, PINTON e EMPERAIRE: 2002).

Este artigo após a metodologia apresenta-se por meio de um único tópico primário: Sustentabilidade, Crescimento e Desenvolvimento, que se desdobra em cinco tópicos secundários que fundamentam e explicam a lógica do estudo proposto.

O tópico primário expõe a respeito da sustentabilidade, do crescimento e do desenvolvimento. Essa tríade lógica é explicada em um contexto macro e micro do estudo, enfatizando a lógica interdependente dela pelo conceitual.

Nos tópicos secundários preferiu-se tratar em especial das questões micro do estudo, correlacionando pressupostos teóricos, concepção dos pesquisadores com a narrativas coletadas na pesquisa.

OBJETIVO

Analisar as atuais formas de desenvolvimento, sustentabilidade e crescimento nas reservas extrativistas da Amazônia. Com isso, ampliar uma discussão sobre um assunto, que por ora está adormecido da sociedade. Desta forma, neste artigo apresentamos uma reflexão acerca da práxis atual em contraposição àquilo que preconiza a legislação, a bibliografia e os demais preceitos normativos e condicionantes do sistema estrutural de funcionamento das reservas extrativistas e suas relações com o desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que envolveu um pequeno número de extrativistas, que voluntariamente aceitaram o convite para exporem alguns dos principais problemas que vinham passando nas suas comunidades na REROP na cidade de Guajará Mirim-RO. Os extrativistas pesquisados, concordaram com os termos da pesquisa, os quais foram explicitados por um dos pesquisadores.

No primeiro momento foi realizado anotações de campo para se conhecer a realidade dos extrativistas. Em seguida com apoio do ICMBIO da cidade de Guajará Mirim, realizou-se uma apresentação para o conselho deliberativo da REROP de como seria a pesquisa. Participaram nessa apresentação aproximadamente 25 extrativistas de várias comunidades da REROP (ver agrupamento de imagens 01).

A escolha dos quatro extrativistas pesquisados se deu pela intenção voluntária dos mesmos. Na apresentação foi exposto alguns dos problemas da pesquisa e de alguns que anteriormente foram observados pelo pesquisador que realizou a apresentação.

Foi definido na apresentação que todos os quatro extrativistas deveriam pertencer a comunidades diferentes, e assim foi definido entrevistados que residiam nas comunidades *Divino Espírito Santo*, *Ramal do Pompeu*, *Nossa Senhora do Seringueiro* e *Floresta*. Essa pequena amostra deve-se pela característica dos entrevistados selecionados, que se caracteriza pelo problema comum que se evidencia e discorre-se no decurso deste artigo.

Fez-se uso da entrevista não estruturada, onde se definiu um roteiro aberto de assuntos e perguntas que puderam criar um diálogo mais aberto sobre o que se pretendia obter enquanto resposta aos questionamentos. A entrevista ocorreu de maneira individual e foi realizada em dois dias diferentes. Para preservar o nome dos pesquisados iremos identificá-los como: Ext1 Ext2, Ext3 e Ext4. No momento das entrevistas não houve contato entre os pesquisados, o que não evidenciou influência entre as respostas deles, as quais foram apresentadas e analisadas no item discussão.

Além da entrevista, foi utilizada observação com participação ativa. Não houve nenhum tipo de participação completa do pesquisador, apenas ocorreu uma maior interação com os

extrativistas na intenção de ter maior familiarização e interatividade (SAMPIERI *et ali*, 2013).

Para as análises dos dados coletados optou-se realizar uma análise geral das exposições realizadas pelos pesquisados. Após isso, definiu-se algumas palavras mais comuns retratadas por eles a partir do roteiro da entrevista. Com isso, sintetizamos algumas falas, e as transcrevemos as verbalizações de maneira literal.

Para as análises finais os pesquisadores fizeram uso de fundamentações bibliográficas, justificando e colaborando com as argumentações realizadas para se chegar as conclusões. As análises dos pesquisadores, se deu de forma isenta, sem que os achados pudessem sofrer algum tipo de enviesamento na intensão de responder em partes ou a integralidade do problema em questão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sustentabilidade, Crescimento e Desenvolvimento.

O termo sustentabilidade tem a relação com o crescimento e esse, com o desenvolvimento. São derivados, se interdependem, formando uma tríade necessária ao bom entendimento das ações relativas às políticas públicas e programas de desenvolvimento ligados ao social, ecológico e ao econômico. Afinal, o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento e esse, para a sustentabilidade (SACHS, 2007). Ao pensar de maneira complexa a sustentabilidade e o crescimento são processos recursivos.

O relatório nosso futuro comum preconiza que: “Para que haja desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor” (BRUNDTLAND, 1991 p.47), há uma necessidade perene de se criar um novo modelo de desenvolvimento para a região amazônica, um modelo que leve em consideração o equilíbrio entre as necessidades dos povos das florestas que são muitas e os recursos ambientais que lhes são disponíveis (ALLEGRETTI, 2008).

Embora os habitantes da floresta aos olhos das entidades protetoras do meio ambiente, realizem o papel de defensores da floresta, (eles se sentem nessa condição), os mesmos não desejam permanecer na pobreza e marginalidade na qual vivem. Argumentam que deve ser feito algo de urgente no tocante a uma busca de melhorias para uma vida mais digna e que haja perpetuação dos saberes, das experiências, dos interesses e dos direitos individuais e coletivos.

O Relatório Nosso Futuro Comum contribui mencionando que deve haver:

[...] crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. [...] o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades (BRUNDTLAND 1991, p.47).

No recorte da citação do *Relatório Nosso Futuro Comum* pode-se compreender de maneira análoga que para haver o suprimento as necessidades dos habitantes das reservas extrativistas são necessárias que o desenvolvimento econômico sustentável seja a mola propulsora desse processo.

A questão que envolve o crescimento econômico de acordo com Becker (2007) é que o mesmo foi abolido das discussões, dos estudos e das propostas sobre o desenvolvimento sustentável. Isso acabou por dar maior ênfase à perspectiva da preservação em detrimento do próprio desenvolvimento econômico das sociedades. Não se faz inclusão social sem o crescimento econômico (BECKER, 2007), que é compreendido como um instrumento, e como

todo instrumento é passível de ser ajustado para atendimento a quaisquer necessidades.

Uma das formas disso acontecer é aumentar e porque não dizer diversificar as bases produtoras locais, através da inserção de tecnologias operativas que facilitem e transforme o trabalho tipicamente manual e rudimentar em um trabalho com grau mínimo de automação no processo de produção. Becker (2007) cita que é necessário organizar as bases produtivas das comunidades da floresta, modificar e ou fazer novas adaptações aos modelos de produção familiar para que essas sejam realmente produtivas ao ponto de gerar um mínimo de escala dos produtos da floresta. Tal condição trará evidentemente aos produtos da floresta maior qualidade e melhores preços no mercado consumidor.

Os Critérios para a Sustentabilidade

O termo sustentabilidade adquiriu nesses últimos tempos uma gama de entendimentos. Para que houvesse um estreitamento sobre esta questão, adotou-se o pensamento de Sachs (2006), que expõe formas e critérios de sustentabilidade, parcial e integral. É, de fato, um ideal distante, sendo considerada uma utopia, face ao enorme hiato que existe entre se ter um mundo ideal e integral e ser ter um mundo parcial, que aprenda e cresça de forma sustentável (SACHS, 2006).

Sachs (2006) trata inicialmente dos critérios parciais ligados à sustentabilidade social, que estão relacionados ao alcance do justo grau de homogeneidade social; à distribuição equitativa da renda; ao pleno emprego, que permita a produção de meios de subsistência decentes, e o acesso aos recursos e aos serviços sociais. Para os povos da floresta, a perspectiva de sustentabilidade social com os critérios parciais não atende na sua totalidade e nem em partes, às questões ligadas à equidade dos direitos sociais em um todo, principalmente os que mencionam que o pleno emprego possa permitir os meios de subsistência adequados.

Muitos dos extrativistas que se propuseram a expor suas impressões sobre as questões ligadas ao emprego foram enfáticos em dizer que não mais conseguem ter esperança em melhorias de suas atividades extrativistas (o trabalho é árduo e, em alguns casos, desumano). Nas observações realizadas sobre a coleta da castanha-do-Brasil, verificou-se que o homem caminha, em floresta densa, até 10 quilômetros com um saco de 60 quilos até o local onde esse possa ser transportado por animal, carro ou barco.

Em muitos dos casos, dependendo da safra da castanha-do-Brasil, o extrativista pode repassar em torno de 60 dias em trabalho extremamente desumano e pesado, para adquirir quantias relativamente pequena, pois, na maioria dos casos, o sistema de aviamento (atravessadores) é que determina o preço da barrica¹ da castanha-do-Brasil.

Na perspectiva cultural, Sachs (2006) enfatiza a respeito da mudança dos meios à continuidade, que está ligada ao equilíbrio existente entre a tradição e a inovação. Para se entender bem isso é necessário que se diga que parte da cultura dos povos da floresta ainda é mantida na sua essência (ainda se observa a forma de falar, as festas, e principalmente, a forma rudimentar de desenvolver o trabalho). Então, por que inserir progresso técnico para se obter maiores perspectivas econômicas? Será que a cultura desses povos, dessa forma, não desaparecerá? Sachs (2006) enfatiza o equilíbrio dessas questões. Pelo que se tem observado, é mais provável que a cultura desaparecerá pelo abandono dos povos da floresta que vem ocorrendo ano após ano em detrimento da falta de melhores condições de vida.

¹ Termo usado pelos extrativistas, que equivale a seis latas de 18 litros de castanha, cada lata se equivale a aproximadamente 11kg de castanha com casca.

Sobre a questão ecológica prevista em Sachs (2006), considera-se que à preservação do capital natural para produzir recursos renováveis já representa o cotidiano dos extrativistas, caracterizado desde a criação das reservas extrativistas, em que já se preconizava o papel do das famílias extrativistas como guardiões do bioma florestal na intenção de preservar e utilizar seus recursos para uma justa e adequada subsistência.

A respeito da limitação do uso de recursos não-renováveis e, sobre o aumento da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais (SACHS, 2006), considera-se que neste caso não se aplica, haja visto que, parte do que é desenvolvido nas reservas, não há como ser caracterizada como recursos que serão exauridos quer sejam em curto médio ou longo prazo, pois a extração para subsistência se renova no mesmo espaço temporal da própria extração. Salvo em casos de extrativistas que possam vir a desvirtuar a produção agroextrativista, onde alguns extrativistas fizeram uso de práticas desarmônicas com o real objetivo do extrativismo e agricultura familiar. Há bem verdade na fala dos extrativistas pesquisados que há uma elevada preocupação deles em manter em pé castanheiras, seringueiras, copaiferas e outras, pois é delas que culturalmente o sustento lhes é concedido.

Sachs (2006) menciona sobre a questão territorial: esse é um critério de sustentabilidade e desenvolvimento ligado às questões de equilíbrio da urbanização de áreas descompassadas. Nesse critério, o autor ainda menciona sobre a superação das disparidades inter-regionais e da criação de políticas públicas que possam atender ambientalmente áreas fragilizadas, conservando a biodiversidade, mediante uma propositura de ecodesenvolvimento.

A propositura econômica, juntamente com a ecológica, é um dos critérios mais importante dos pressupostos (SACHS, 2006). Para o autor, esses critérios devem ser equilibrados de forma intersetorial; devendo garantir a segurança alimentar; e a capacidade de modernização contínua do aparato produtivo. Esse critério parcial foi o mais observado e comentados pelos extrativistas pesquisados (as suas maneiras) na visita realizada em 2011 na *Comunidade Nossa Senhora do Seringueiro* na *Resex Rio Ouro Preto*.

Constatou-se que a economia daquela comunidade é toda tradicional, sem nenhuma inserção de progresso técnico, tornando o processo tão rudimentar, que não gera o mínimo de riqueza para a localidade e, muito menos, para uma ou outra família, de forma individual.

Observou-se que, podem ser desenvolvidas algumas formas diferenciadas de desenvolvimento econômico local, como o beneficiamento da castanha-do-Brasil, através seleção das melhores amêndoas, da limpeza e do embalamento a vácuo, e da comercialização em mercados da cidade de Guajará Mirim e, até mesmo, Porto Velho; o processo de congelamento de polpas de frutas, a venda de óleos de babaçu e copaíba, a produção de sabonetes e de outros produtos de higiene pessoal, dentre as muitas formas de geração econômica, que a *Comunidade Nossa Senhora do Seringueiro* poderá desenvolver para que possa ter melhoria econômica.

O Desenvolvimento Sustentável exige Crescimento Econômico

A primeira fase do extrativismo vegetal se deu com crescimento na extração da borracha que doravante tinha um resultado econômico bem superior à agricultura. Diferentemente da primeira fase do extrativismo a pecuária e a soja imperam como produtos geradores de riqueza do meio rural, dessa forma, se há melhores preços para a produção agrícola de grãos em escala e a pecuária então os povos das floretas irão independente de qualquer coisa, preparar roças, abrir clareiras e criar gado abandonando a atividade extrativista que nas próprias observações de Homma (2000) é o que vem acontece atualmente.

A relatividade existente entre os custos de oportunidades gerados pelos preços de produtos agrícolas como os extrativistas tem um reflexo direto no crescimento econômico, como efeito, a elevação do próprio desenvolvimento contribui para que o homem da floresta efetue escolhas do que produzir. Partindo desta propositura questiona-se como definir o crescimento econômico para as reservas extrativistas, tendo em vista que esse é uma relação direta entre o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, sendo que o primeiro através dos produtos extrativistas não alavanca o segundo? E ainda como se obter desenvolvimento sustentável com crescimento econômico com às limitações impostas pelas normas reguladoras das entidades responsáveis pelo meio ambiente que freiam o próprio desenvolvimento/crescimento das reservas?

Na definição do *relatório Nosso Futuro Comum*, bem como nas inúmeras obras já publicadas sobre o desenvolvimento sustentável e crescimento econômico há uma patente unanimidade a respeito da relação dessas abordagens. Ou seja, não há desenvolvimento sustentável sem haver crescimento econômico, apesar de se saber que este último é necessário, mas não suficiente. Tal pressuposto se confirma como exemplo quando da exploração por parte de muitos extrativistas no estado do Acre que se configura através do crescente aumento do desmatamento em áreas de proteção ambiental para culturas agrícolas e principalmente para pastagem. Isso ocorre pela falta de políticas públicas que atendam às necessidades desses povos, e de estratégias que tornem mais valorizado os produtos das florestas em detrimento da pastagem e de outras formas de geração de renda que venham a atingir mais diretamente o bioma.

No Estado do Acre, no projeto *Santa Quitéria*, em *Brasiléia*, seringueiros e demais habitantes da floresta copiaram o modelo dos projetos passados de assentamento do INCRA, derrubando a mata para criar gado e, alguns deles, já têm até mesmo mais de 1.000 reses. (XANGAI: 2004). Por qual motivo os habitantes de *Santa Quitéria* usaram um fim para alcançar outro? Sem dúvida que tal atitude não pode ser justificada em detrimento do não atendimento às suas necessidades, mas na melhor das hipóteses foi assim que ocorreu em *Santa Quitéria*. Não se quer, aqui, justificar que tal atitude dos povos de *Santa Quitéria* esteja certa. Mas, de fato, essa é uma verdade que enfatiza bem as questões da busca por melhores condições de vida, pois o desenvolvimento sustentável está alinhado com o próprio desenvolvimento econômico da sociedade, quer ela seja urbana, rural ou mesmo as mais tradicionais como no caso dos povos da floresta.

As Alternativas de Crescimento Econômico para as Reservas Extrativistas

Antes de fomentar políticas públicas para o desenvolvimento econômico das reservas extrativistas, deve-se ter primeiro em mente, que tais políticas devem atender à manutenção do bioma (esse é o objetivo para o qual foram criadas as reservas no Brasil, disso não há dúvidas). Entretanto deve-se levar em consideração as reais necessidades dos povos da floresta. Não basta pensar que concedendo a terra para a sua subsistência haverá manutenção destes nas áreas de proteção.

Ao fazer uma analogia entre uma balança percebe-se que há uma tendência maior para um dos lados, o da preservação da floresta. Mas, e o outro lado desta balança, o voltado ao atendimento das necessidades dos cidadãos moradores das reservas extrativistas? Temos um problema, que já de algum tempo se tem uma resposta. o agroextrativismo ou novo extrativismo, que vem como uma alternativa viável ao desenvolvimento equilibrado entre o social, o econômico e o ecológico. O termo é relacionado a “[...]à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a economia, a política e a cultural (RÊGO,1999, p. 3)” “[...] é a

combinação de atividades estritamente extrativistas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular” (REGO, 1999, p. 5).

[...] é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associados com o cultivo, criação e beneficiamento da produção (REGO, 1999, p.3).

Podem ser caracterizados como alternativa econômica ao agroextrativismo: o beneficiamento da castanha-do-Brasil, a produção de polpas de frutas, demais frutos; o preparo de doces e artesanatos com as infindáveis matérias primas da própria floresta, tudo isso com uma intensa capacitação dos extrativistas para produção dos referidos produtos e em práticas de negócios.

Acima de tudo, o que contribuirá para a evolução desse processo é o desenvolvimento de uma política de manejo que garanta a distribuição física dos produtos da floresta a preços justos na comercialização. Rego (1999) expõe que parte disso se ancora em uma adequada exploração de espécies de animais e vegetais, na própria integração dos valores dos extrativistas e principalmente no planejamento de uma agenda de produtos que possam atender durante o ano inteiro a geração de renda aos habitantes da floresta. Tal propositura deve mapear todos os pontos fortes e fracos, oportunidade e ameaças de cada reserva e assim intensificar as estratégias necessárias a uma gestão da produção desses produtos e da própria gestão da reserva, através de pensamento ancorado na economia solidária que possa subsidiar de forma igualitária os resultados da produção extrativistas.

DISCUSSÃO

A inexistência de desenvolvimento econômico em microrregiões como é o caso das reservas extrativistas gera efeitos contrários à manutenção do bioma amazônico. Os habitantes da floresta estão migrando para centros urbanos a procura de melhores condições de vida, embora isso possa não ser na maioria dos casos a realidade que muitos encontram.

A floresta diferente do passado não é mais geradora de riqueza para o capital. Apesar de haver pesquisas nos últimos anos no ramo bioquímico e fitoterápico que pode contradizer o que se está expondo. Entretanto, é uma atividade que não beneficia o cidadão da floresta, tendo em vista que seus saberes em muitos dos casos lhes são furtados e nada lhes são proporcionados em troca para sua manutenção na floresta.

Mesmo a exploração controlada das plantas para fins medicinais, se faz importante como fator de resposta ao que se pretende como possibilidade de desenvolvimento econômico aos povos da floresta, desde que uma parte desses resultados seja revertida para o próprio desenvolvimento das reservas e comunidades.

Inúmeras são as possibilidades de se desenvolver produtos com apelo ecológicos e sem que isso seja entendido por parte das entidades reguladoras e protetoras do bioma amazônico como o incentivo a biopirataria ou pior, que se esteja transgredindo os objetivos das reservas extrativistas protegidas por Lei.

Pensar e desenvolver políticas públicas que mitiguem os problemas da falta da qualidade de vida através do fomento a uma economia local e que atenda os moradores das reservas extrativistas é a alternativa que tornará os povos das florestas menos excluídos dos seus direitos de cidadãos.

Agrupamento de Imagens: Pesquisa com Extrativistas na REROP e Apresentação da pesquisa aos Extrativistas presente na Conferência ICMBIO em Guajará Mirim - RO



Fonte: Pesquisadores

Na prática, boa parte dos problemas vividos pelos extrativistas não são amenizadas pelos órgãos responsáveis. Não se trata de propor e de pensar em dependência, pois a pior dependência é considerar que ao gerar subsídios aos produtos florestais haverá maior contribuição para geração de uma melhoria mínima da qualidade de vida dos extrativistas. Sobre esse exposto existe um engano. As políticas de subsídios aos produtos florestais, além de não gerarem o que os povos da floresta esperam, contribuem mais para afogá-los em um modelo de dependência conservador e subsistente.

De acordo com as observações realizadas na pesquisa, nem isso contribui para sua objetivação, pois a economia tradicional extrativista não gera excedente na produção, conseqüentemente não gera nenhuma riqueza que possa caracterizar outro tipo de processo, senão o de uma manutenção precária da vida na floresta.

A abrangência e a equidade dos direitos desses cidadãos em relação aos demais moradores de outras áreas consideradas rurais é muito aquém dos reais suprimentos básicos, faltam escolas com boas estruturas; faltam professores com melhor qualificação e métodos adaptados as necessidades locais que façam as crianças os jovens e adultos aprenderem; faltam maiores informações quanto à saúde preventiva; falta energia elétrica; dentre outros fatores que os povos da floresta consideram direitos.

Essa supressão que lhes são imputadas de acordo com relatos se deve pelo simples fato de estarem em localidades de proteção ambiental e de estarem alheias às necessidades básicas por simples força de Lei que protege o bioma florestal, mas não concede aos habitantes desse bioma os direitos básicos e elementares.

Sobre isso Sachs (2007) expos no encontro que comemorou os dez anos do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) o seguinte:

O desenvolvimento é a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos, desde os direitos políticos e cívicos, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais e terminando nos direitos ditos coletivos, entre os quais está, por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável (SACHS, 2007 p. 22).

Ao pensar nos deveres considera-se que estão incongruentes. Os são bem claros: proteger através da sua ocupação nas reservas extrativistas a floresta dos transgressores que tem como intuito usurparem o patrimônio ambiental em benefício próprio. Mas, e quanto aos seus direitos às necessidades de bem-estar social e qualidade de vida? Será que aos pobres e sofridos povos da floresta são necessários somente deveres?

No *Relatório Nosso Futuro Comum* (1991) é citado que: “Para que haja Desenvolvimento Sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor”. Até onde se pode entender isso no contexto da formação de políticas públicas que venham a mitigar os problemas das comunidades extrativistas? Ou ainda como se pode obter desenvolvimento sustentado, se as necessidades dos povos da floresta não são supridas? Ou, o que é pior - esquecidos pelo poder público, em muitos dos casos? Um exemplo muito comum e que acontece em função disso, é o das famílias que se mudam para a cidade por não terem escolas condignas para a formação básica e complementar de seus filhos. Desejam sair de uma subsistência precária, para uma que os dê uma maior possibilidade de se manterem em seus *habitats*, perpetuando a sua cultura e melhorando a própria qualidade de suas vidas.

O embrião da concepção de reserva extrativista origina-se em 1985 através do primeiro encontro nacional de seringueiros da Amazônia. Na ocasião foi discutido um modelo que pudesse garantir a permanência dos seringueiros nas florestas e dar-lhes maior autonomia através de uma organização que viesse a defender os recursos naturais em prol de sua própria manutenção e da própria sobrevivência da floresta. Nesse encontro propunham propostas que eram baseadas nos modelos da reforma agrária utilizado pelo INCRA e nos de proteção das áreas indígenas.

Em outubro de 1988 foi publicada no diário oficial da União a Constituição Federal, que previa no Art. 225, 1º§, III parágrafo a definição de áreas de preservação ambiental, garantindo o direito à população local a exploração de recursos advindos da floresta de maneira sustentável, com objetivo de promover a conservação dos recursos naturais do bioma nacional (ALLEGRETTI, 1994). Mas, foi somente em dezembro de 1988, com o assassinato brutal do seringueiro e sindicalista Chico Mendes que em nível internacional a concepção de reserva extrativista teve maior conotação política, social e ambiental (ALLEGRETTI, 1994). Desse momento em diante o mundo inteiro desperta para a causa da preservação ambiental na Amazônia.

Com todos os holofotes do mundo virados para a Amazônia o governo brasileiro se viu obrigado a criar novas instituições que viessem a atender o clamor das entidades internacionais que doravante exigiam do governo mecanismos que fossem eficientes e efetivos no controle acentuado de invasão de terras por parte de grileiros que objetivam realizar queimadas para pastagem e desmatamentos para comercialização de madeira da região Amazônica. Tais exigências estavam condicionadas a novos aportes de financiamentos e investimentos advindos do Banco Mundial e demais entidades fomentadoras de crédito internacional.

O IBAMA foi criado em fevereiro de 1989 e muitos outros órgãos vieram a reboque. O

Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC definiu e normatizou os limites operacionais dos povos da floresta através do Decreto Lei 9985/2000, em seu Art. 18, que previa as finalidades das reservas extrativistas. É uma:

[...] área utilizada por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Quanto ao funcionamento das RE Pinton e Aubertin (1996, p. 151) definem que há uma regulamentação: “[...] contratual entre o poder público e as comunidades reconhecidas como guardiãs de um patrimônio natural, o que implica a existência de um interesse coletivo e de consenso nacional”.

O poder público através do IBAMA/ICMBIO são os controladores das RE. Eles enxergam nos habitantes das reservas extrativistas os protetores, e em troca deixam-nos utilizar de forma sustentável uma pequena parte da terra protegida. Para alguns extrativistas da *Comunidade Nossa Senhora do Seringueiro*, isto enrijece suas próprias ações na reserva, freando qualquer possibilidade de qualificar a própria sustentabilidade das famílias. Como efeito, a melhoria de suas próprias condições agrava mais e mais. Para os povos da floresta o controle rígido através das fiscalizações do ICMBIO se torna na atual conjectura uma espécie de camisa de força em torno das áreas em que estão localizadas as RE.

Muitos são os impedimentos ao desenvolvimento e até a própria sustentabilidade das RE. Para um dos entrevistados (Ext4) “[...] se não ocorrer um manejo aqui na reserva em Ouro Preto nós não sabe pra onde vamos”. E essa é a verdadeira perspectiva encontrada na maioria das RE brasileiras.

Contudo, alguns questionamentos são importantes nesse contexto o qual enfatiza-se a possibilidade de aniquilamento das RE em partes pelo próprio abandono daqueles que a protegem. Indaga-se, se o ICMBIO não estaria limitando às futuras gerações de extrativistas, a capacidade de perpetuação de culturas locais em torno da pesquisa e da inserção de novas fontes alternativas de geração econômica, se preocupando excessivamente com as políticas de proteção e excessiva preservação do ambiente com um grupo que sustentavelmente sabe de suas responsabilidades. Ou ainda, como se poderia assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, da cultura desses povos, havendo critérios inadequados e contraproducentes com o desenvolvimento de políticas públicas ancoradas em preceitos econômicos de desenvolvimento local que permitam atender a melhoria das condições de vida aos extrativistas, perpetuando a cultura e o meio ambiente? São questionamentos paradoxais, mas, passível de serem estudados e encontrados alternativas que atendam a todos os envolvidos.

Com a falta de uma proposta viável e precisa que possa atender aos extrativistas o que se vê é uma debandada para os centros urbanos a procura de melhores condições de vida. Embora isso se apresente, como uma utopia para muitos, que na melhor das hipóteses encontram uma marginalização nos centros urbanos em frentes de trabalho sem a devida proteção de leis trabalhistas; passam a subempregar-se na informalidade e assim abandonam a maneira na qual viviam.

Pinton e Aubertin (1996, p.151) complementam que:

Diante do conceito de desenvolvimento sustentável, tem-se o direito de se perguntar se a verdadeira legitimidade da promoção do extrativismo se fundaria no apoio a uma atividade economicamente rentável ou se as implicações sociais, ecológicas e territoriais deveriam relativizar seu aspecto econômico, visando ao apoio de diversas

instituições oficiais.

É provável que as entidades ainda coadunem de um pensamento em que o extrativismo não deve ser apoiado em uma atividade econômica do ponto de vista desenvolvimentista, mas subsistencialista do ponto de vista do extrativista.

Há uma premente observação de que as RE devem passar por uma reformulação de seus escopos de atuação, preconizados pelas entidades governamentais, que concebem as reservas extrativistas como regiões intocáveis ao ponto de idealizarem que a preservação do bioma é mais importante nesse caso do que as pessoas que o habitam e que o protegem, mas que necessitam explorar este, com um mínimo de condições para o atendimento as suas necessidades básicas de bem estar e qualidade de vida.

As observações e levantamentos realizados com os extrativistas apontou que os direitos como educação e saúde básica não são atendidos. Muitos extrativistas relataram que há insuficiência de disponibilidade de professores, e agentes de saúde para atender em pontos centrais da REROP.

A Ext1, moradora da Comunidade Nossa Senhora do Seringueiro/REROP diz que: “[...] *quando os menino crescem um pouco mais e carece de estudo maior, a gente todo se muda para a cidade de Guajará, a vezes a gente consegue trabalho e fica por lá, as vezes deixamo o filho com algum parente e voltamos pra cá, eles ficam lá e depois voltam, tem menino aqui na reserva que ainda nem sabe lê porque tem gente que não leva eles pra cidade*”. Essas famílias que se vão para a cidade buscam as escassas vagas nas escolas públicas um tanto ineficientes, que por ora, evidencia-se como de baixa qualidade do ensino por vários outros motivadores.

Outro extrativista (Ext2), um senhor que reside na comunidade *Floresta* há quase 20 anos na reserva, relata: “[...] *eu e os menino ficamo quase uma semana na vez para conseguir vaga em uma escola da cidade [...] já ocorreu ano de não conseguir vaga e os meninos ficou sem estudar [...], de um pouquinho o pessoal todo vai para a cidade à procura de melhor condição [...]*”. Com isso, a comunidade vai sendo deixada, abandonada, como disse outro extrativista (Ext3) residente na comunidade *Ramal do Pompeu*: “[...] *em 2006 a Comunidade Nossa Senhora do Seringueiro tinha umas 20 família. Hoje, não tem nem seis. É capaz que mais duas ainda esse ano se vão embora pra Guajará ou trabalha pra usina, [...] aqui nós morre de fome desse jeito que tá, tem o pessoal do ICMBIO que não deixa agente caçar e nem fazer uma roça direito*”.

Todos os relatos obtidos mostram à preocupação dos extrativistas em preparar seus filhos para uma vida de melhores condições - uma vida bem diferente daquelas que eles viveram e ainda vivem. Embora muitos percebem que algumas de suas atitudes podem ser consideradas erradas, como a de abandonar suas colocações e arvorar-se em empregos/subempregos na cidade ou mesmo em empreitadas de médio e curto prazo como é o caso das usinas do Madeira, onde muitos dos habitantes da REROP migraram para essa nova fonte econômica.

Com tudo isso, duas são as alternativas tomadas pelos extrativistas: ou se abandona suas moradias na floresta em busca de um sonho de vida melhor nas cidades (que é o que está acontecendo), deixando para trás sua cultura e toda a sua história; ou se abdica de buscar condições melhores aos filhos e se mantém uma vida sem perspectivas de melhorias.

Muitos dos efeitos ligados ao desenvolvimento e a manutenção desses povos são atrelados a essa encruzilhada decisiva que passam. Está claro que muitos estão evadindo-se por considerarem que seus direitos não são supridos e que na sua concepção a cidade pode dar-lhe uma perspectiva melhor de vida.

Uma das necessidades que é considerada a de maior importância para os extrativistas é a busca por uma formação educacional/técnica adequada que represente a eles a busca de condições melhores para que conheçam formas e desenvolvam mecanismos de proteção dos recursos ambientais sem que venha a perder a perspectiva de crescimento econômico e sustentável.

Buarque (2007) no encontro de comemoração dos dez anos do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, é enfático nas suas considerações. Para ele a formação do cidadão ambiental/ecológico está na em um ensino básico de qualidade, formativo de uma cultura que preconize a importância da cultura ecológica. Não adianta pensar que conscientizando os adultos e adolescentes de hoje que nossos problemas sobre o uso de recursos limitados estarão resolvidos.

O problema está na atual formação do consumo. Nas florestas tem-se uma base de conhecimento vivido de utilização dos recursos finitos da natureza. O extrativista educa seus filhos com base em pressupostos de sustentabilidade da floresta, pois sabe que dela extrai seu sustento. Entretanto, sabe-se que o referido sustento não representa mais o que representava no passado e aí se depara com um dilema: migrar ou não para as cidades? O que se espera disso? Quais males isso pode trazer para a sustentabilidade da floresta?

CONCLUSÃO

Evidentemente, não se pode chegar a uma conclusão que efetivamente determine que não há sustentabilidade do ponto de vista ambiental, social e econômico, mesmo porque o referido artigo é posto como reflexivo, por considerar que o assunto é bastante irrelevante quando de pensar em retornos ao capital ou mesmo político.

Temos a pretensão de ampliar a discussão em torno do extrativismo na Amazônia, em especial quando dos retornos que os extrativistas podem apresentar enquanto protetores naturais da floresta. É provável que este artigo, suscite novas abordagens para pesquisas, tanto para este pesquisador como para outros que venham a ter um viés mais abrangente, e que possa responder a todos os questionamentos previstos nesse campo. Idealizou-se neste artigo uma análise da real situação do desenvolvimento: social, ecológico e econômico, das perspectivas de desenvolvimento e crescimentos para as comunidades residentes nas reservas extrativistas. A referida proposta alude isso como sendo um estudo pouco explorado, do ponto de vista científico, pautando-se apenas nas informações colhidas dos depoimentos dos habitantes da floresta e de referenciais que definem, na sua concepção, formas e critérios de desenvolvimento.

Ainda nesse sentido, a proposta serve para que possamos entender como é o pensamento dos entes responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas para os povos da floresta. Serve, também, para que conheçamos outras perspectivas de desenvolvimento sustentável para os extrativistas com viés amplitude da complexidade de produtos que podem efetivamente ser incorporados a produção, como agroextrativista. Somente assim, responderemos aos críticos que simplesmente veem cegamente na economia e seus resultados como os principais balizadores da ação social das sociedades.

O estudo tem como conclusão que não há em efetivo desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade nas reservas extrativistas da Amazônia. A conclusão se fundamenta a partir das coletas das entrevistas, e das observações de campo, confrontando-os com aquilo preconizado nos referenciais e na legislação. A população extrativista está em vias de aniquilamento total, face a um pensamento pautado em preceitos econômicos de retorno dos capitais. Nossa proposta é considerar novas perspectivas a partir do agroextrativismo como

prática para o desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.18, p.39-59, jul/dez.2008.

ALLEGRETTI, Mary. **Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** In ANDERSON, Anthony, *et all.* **O destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Relume/Dumará, Rio de Janeiro: 1994.

BECKER, Bertha. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** In NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. VIANNA, João Nildo. (orgs) Garamond/Universitária. Rio de Janeiro: 2007.

BUARQUE, Cristovam. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** In NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. VIANNA, João Nildo. (orgs) Garamond/Universitária. Rio de Janeiro: 2007.

BRUNDTLAND, G.H. (CMMAD) – **Nosso Futuro Comum**, 2 ed. Rio de Janeiro: 1991.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Deixem Chico Mendes em Paz.** Revista Veja, São Paulo, 23 (50): 106, 19 dez, 1990.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Amazônia: Os limites da Opção Extrativista.** Ciência hoje 27 (159): 70-73, Abril, 2000.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/> acessado em: 17/11/2009

LESCURE, J.P. PINTON, Florence. EMPERAIRE, Laure. **Povos e Produtos da Floresta na Amazônia Central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo.** In VIEIRA Paulo Freire e WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental.** 3ª Ed. Cortez Editora, São Paulo, 2002.

MORIN, Edgar. **O Método 1: a natureza da natureza.** Sulina, Porto Alegre, 2016.

PINTON, Florence. AUBERTIN Catherine. **Extrativismo e desenvolvimento regional.** In EMPERAIRE, Laure. **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central.** Científica/Imprensa Oficial/Unesp, São Paulo, 1996.

RÊGO, José Fernandes do. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo.** Revista Ciência Hoje, n.147, março, 1999.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e prática do Desenvolvimento,** Cortez, São Paulo: 2006.

SACHS, Ignacy. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** In NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. VIANNA, João Nildo. (orgs) Garamond/Universitária. Rio de Janeiro: 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández. Et. All. **Metodologia de Pesquisa.** McGrawHill/Penso, 5ed. Porto Alegre, 2013.

XANGAI, Juracy. **Uma nova visão sobre as reservas extrativistas.** Revista Eletrônica Eco Finanças, Disponível em: <http://ef.amazonia.org.br/index.cfm?fuseaction=noticia&id=100345>

acessado em: 17/11/2016, 23:05.